

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1	
PROCESSO CIVIL, CULTURA E PARTICIPAÇÃO	19
1.1. Prolegômenos.....	19
1.2. O Processo Jurisdicional Civil como fenômeno eminentemente linguístico-cultural	23
Capítulo 2	
O ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO, A JURISDIÇÃO E A DESJUDICIALIZAÇÃO	31
2.1. (Re)visitando o instrumentalismo e os escopos da jurisdição	31
2.2. Características do Estado Constitucional de Direito	43
2.3. A jurisdição no contemporâneo Estado Constitucional de Direito.....	46
2.4. A dualidade de jurisdições: judicial e extrajudicial.....	52
2.5. A desjudicialização é uma jurisdição extrajudicial.....	55
Capítulo 3	
O CONFLITO E SEUS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO	57
3.1. Conflito: semântica do conceito	57
3.2. O que é a resolução de conflitos, afinal?	59
3.3. O papel (preventivo) dos serviços de notas e de registro	63
Capítulo 4	
A NECESSIDADE DE SE REPENSAR OS MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO CONTEMPORÂNEO	67
4.1. O contexto pós-moderno da sociedade (e do direito).....	67
4.2. O (renascimento do) pluralismo jurídico	70
4.3. A existência de normas processuais consuetudinárias.....	76
4.4. A sociedade de massa e a hiperjudicialização.....	78

Capítulo 5

DOIS VELHOS (E CONHECIDOS) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UM NOVO MÉTODO DE TRABALHO: A EFICIÊNCIA E O ACESSO À JUSTIÇA	83
5.1. Leitura dromológica do fenômeno processual: eficiência e duração razoável ..	83
5.2. A administração (gerencial) da justiça civil e as formas adequadas de resolução de conflitos.....	89
5.3. O acesso à justiça ressignificado: entre utopias e o mito do monopólio da jurisdição (art. 5º, inc. XXXV, da CRFB)	96
5.3.1. Introdução	96
5.3.2. Breve notícia histórica	98
5.3.3. Jurisdição judicial e extrajudicial	100
5.3.4. As alterações advindas do Código de Processo Civil de 2015.....	106

Capítulo 6

OS NOTÁRIOS E REGISTRADORES: DOS ALBORES ATÉ A CONTEMPORÂNEA FEIÇÃO DA INSTITUIÇÃO (LEI Nº 8.935/94)	111
6.1. Órgãos da fé pública: breve relação com a jurisdição voluntária.....	111
6.2. Excurso histórico: do <i>scriba</i> hebreu até a alta idade média.....	114
6.2.1. O <i>scriba</i> hebreu.....	114
6.2.2. Antigo Egito e Civilização Grega.....	115
6.2.3. Roma: <i>Tabelliones, Exceptores, Actuarii e Notarii</i>	115
6.2.4. Os Notarii Publici da Alta Idade Média.....	117
6.3. Interlúdio: a administração da justiça civil no Brasil colônia. Burocracia, patri-monialismo e particularismo. A plurivocidade de jurisdições e os povos autôctones	120
6.4. As funções de notas e registros no direito brasileiro.....	123
6.4.1. Período colonial, Ordenações Manuelinas e a Carta de Poderes	123
6.4.2. A independência nacional, o Regulamento Geral das Correições e a locução “foro extrajudicial”	126
6.4.3. O advento da Constituição Federal de 1988 e a estrutura da Lei nº 8.935/94: espécie <i>sui generis</i> de descentralização administrativa por delegação?.....	129
6.5. Notariado, racionalidade, eficiência econômica e segurança jurídica	132
6.6. Características do notariado de tipo latino. Aproximações com o <i>iudex chartularius</i> ou <i>ordinarius</i>	134
6.7. O juízo prudencial dos notários e registradores	136
6.8. A instituição notarial e a administração da justiça: sua natureza de função e serviço público essencial	138
6.9. Proporcionalidade, adequação e necessidade dos serviços de notas e registro	144
6.10. A eficiência nos serviços de notas e de registro: inovações tecnológicas até a lei nº 14.382/22 (Sistema eletrônico dos registros públicos)	149

Capítulo 7

A DESJUDICIALIZAÇÃO NO BRASIL: APROXIMAÇÃO INICIAL..... 155

7.1. Notícia histórico-dogmática e contextualização do fenômeno	155
7.1.1. A desjudicialização é um método de resolução conflitual.....	155
7.1.2. As primeiras hipóteses de desjudicialização: <i>warrant</i> ; incorporação imobiliária e execução fiduciária; compromissos de compra e venda de unidade de loteamento; alienação em bolsa de valores do sócio remisso	157
7.1.3. O Código Buzaid (CPC/73) e seus atos desjudicializados	160
7.1.4. Do Código de Processo Civil de 1973 até a Lei nº 11.441/07	161
7.1.5. A Lei nº 11.441/07 como marco de expansão da desjudicialização: a possibilidade de partilha, inventário, divórcio e separação extrajudiciais	162
7.1.6. Os atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria-Geral de Justiça pertinentes à desjudicialização anteriores ao Código de Processo Civil de 2015	163
7.1.7. A desjudicialização estatuída no Código de Processo Civil de 2015: usucapião; homologação de penhor legal; divisão e demarcação; emancipação; extinção de usufruto	164
7.1.8. Expedição de cartas de sentença diretamente pelos Tabelionatos de Notas.....	166
7.1.9. Adjudicação compulsória extrajudicial (Lei nº 14.382/2022)	167
7.1.10. A execução desjudicializada (PL's nº 6204/19 e 4257/19)	171
7.1.11. Despejo e consignação de chaves extrajudicial (PL nº 3990/20)	172
7.2. Proposições de lege ferenda para a desjudicialização	174
7.2.1. Estruturação da "Curadoria Extrajudicial de Incapazes"	174
7.2.2. Desjudicialização da tomada de decisão apoiada	176
7.2.3. Correção ao disfuncional óbice à desjudicialização do inventário com testamento (críticas ao REsp nº 1.808.767-RJ). O advento da Resolução nº 571/2024 do CNJ.....	176
7.2.4. Tendências europeias na modificação do regime de bens pela via extrajudicial e o PL nº 470/2013	180
7.2.5. Produção probatória desjudicializada e o PL nº 487/2013	182

Capítulo 8

A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL..... 183

8.1. Bosquejo comparatístico no direito europeu	183
8.1.1. A culturalidade do Direito e a (necessidade da) comparação jurídica .	183
8.1.2. O modelo eminentemente jurisdicional espanhol.....	186
8.1.3. O modelo híbrido dos sistemas alemão, italiano, francês e portugueses	189
8.1.4. A singularidade da execução desjudicializada sueca	192

8.2. As propostas de desjudicialização executiva no brasil: o caso da execução civil.....	193
8.2.1. Breve análise crítica das proposições constantes do PL nº 6.204/19	193
8.2.1.1. O Provimento nº 85/2019 do CNJ e a justificação do Projeto de Lei	193
8.2.1.2. As hipóteses de dúvida registral	198
8.2.1.3. Prévio protesto como requisito de admissibilidade da demanda.....	200
8.2.1.4. Restrição das funções ao Tabelionato de Protestos	201
8.2.1.5. Requisitos da petição inicial, cognição e poderes do Tabelião	203
8.2.1.6. Subdelegação de atividades aos escreventes	207
8.2.1.7. Inadmissibilidade de medidas executivas atípicas pelo Tabelião	208
8.2.1.8. Algumas distorções procedimentais que necessitam correção	208
8.3. O caso da desjudicialização da execução fiscal.....	210
8.3.1. Breve mirada nos Projetos de Lei nº 2.412/2017 e 5.080/2009.....	210
8.3.1.1. Introdução e direito comparado	210
8.3.1.2. Algumas alterações progressivas e sistemáticas na Execução Fiscal.....	211
8.3.1.3. Mecanismos de aferição da viabilidade econômico-financeira da execução fiscal e o PL nº 5080/09	213

Capítulo 9

DESJUDICIALIZAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO: ART. 42 DA LEI Nº 13.140/15 E PROVIMENTO Nº 67/2018 DO CNJ	217
9.1. Introdução	217
9.2. Breve notícia histórica no sistema do direito romano-germânico-canônico	220
9.3. As três etapas evolutivas dos métodos autocompositivos no direito processual civil brasileiro.....	222
9.3.1. A primeira etapa: conciliação pré-processual obrigatória.....	222
9.3.2. O rompimento da tradição no período republicano	225
9.3.3. A segunda etapa evolutiva: conciliação endoprocessual.....	227
9.3.4. A terceira etapa evolutiva: o protagonismo dos meios autocompositivos	228
9.4. A autocomposição desjudicializada pela instituição notarial	231
9.4.1. Princípios norteadores da autocomposição desjudicializada: boa-fé, imparcialidade, confidencialidade e capacidade técnica	231
9.4.2. Natureza jurídica da desjudicialização autocompositiva	232
9.4.3. Formas atípicas de autocomposição desjudicializada: convenção de procedimento participativo, cláusulas escalonadas e dispute boards	234

9.4.4. A revolução tecnológica (ecossistema digital) perante a autocomposição desjudicializada.....	236
Capítulo 10	
DESJUDICIALIZAÇÃO E HETEROCOMPOSIÇÃO	239
10.1. A adjudicação de conflitos pela via heterocompositiva da desjudicialização	239
10.2. Possibilidade da arbitragem notarial e registral como método heterocompositivo desjudicializado	241
10.2.1. Os Projetos de Lei nº 5.243/2009 e 414/2014	244
10.2.2. O notário-árbitro no direito brasileiro	245
10.2.3. O notário-árbitro no direito comparado	247
10.2.3.1. Introdução	247
10.2.3.2. Espanha	248
10.2.3.3. Peru	249
10.2.3.4. Uruguai	249
10.2.3.5. Argentina	250
10.2.3.6. Alemanha	251
10.2.3.7. Portugal	252
10.2.3.8. Estônia	253
10.2.3.9. Conclusões para o direito brasileiro	254
10.3. A usucapião extrajudicial	254
10.3.1. O caso da Colômbia: Ley 1183/2008 e Sentencia C-1159/08 da Corte Constitucional	254
10.3.2. Reflexos na sistemática do direito brasileiro	258
Capítulo 11	
DEVIDO PROCESSO LEGAL EXTRAJUDICIAL NOTARIAL-REGISTRAL.....	265
11.1. Introdução	265
11.2. Breve notícia histórica e evolução do conceito	267
11.3. O conteúdo e a extensão do devido processo notarial-registral	272
11.4. Imparcialidade e imparcialidade	275
11.5. Fundamentação dos atos	277
11.6. Publicidade, confidencialidade, sigilo e proteção de dados	280
11.7. Contraditório e ampla defesa	281
11.8. Cooperação interstitucional e colaboração processual	282
11.9. “Duplo grau de jurisdição” e controle externo	288
ENUNCIADOS DAS JORNADAS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	291
I Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos	291
II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Conflitos	297

I Jornada de Direito Notarial e Registral	299
I Jornada de Direito Processual Civil.....	373
II Jornada de Direito Processual Civil	373
III Jornada de Direito Comercial	375
IV Jornada de Direito Civil	377
V Jornada de Direito Civil	378
VI Jornada de Direito Civil	379
VII Jornada de Direito Civil	380
VIII Jornada de Direito Civil	381
IX Jornada de Direito Civil	381
MODELOS	383
1. Inventário extrajudicial.....	383
2. Divórcio extrajudicial.....	386
3. Usucapião extrajudicial	388
4. Divisão e demarcação extrajudicial	391
5. Emancipação extrajudicial.....	393
6. Extinção de usufruto extrajudicial	394
7. Adjudicação compulsória extrajudicial	395
8. Ata notarial	398
BIBLIOGRAFIA	399